

**CONTRATO Nº 020/2024, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA**, firmado entre a SCPAR Porto de Imbituba S.A. e a empresa RP Comercial LTDA ME, na forma abaixo.

**CONTRATANTE**

<b>SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.</b>	
CNPJ: 17.315.067/0001-18	
ENDEREÇO: Av. Presidente Vargas, 100.	
CEP: 88.780-000	MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):	
NOME: URBANO LOPES DE SOUSA NETTO	
CPF/MF: 028.234.131-54	CARGO: DIRETOR PRESIDENTE
NOME: JOSÉ JOÃO TAVARES	
CPF/MF: 215.989.409-53	CARGO: DIRETOR

**CONTRATADA**

<b>RP COMERCIAL LTDA</b>	
CNPJ: 20.604.417/0001-70	
ENDEREÇO: Rua das Bromélias, 1126, Andar Térreo, Fortaleza Alta.	
CEP: 89.058-080	MUNICÍPIO: BLUMENAU/SC
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):	
NOME: ROBSON PATRIK SOARES	
CPF/MF: 060.597.079-39	CARGO: SÓCIO ADMINISTRADOR

As partes acima identificadas resolvem firmar o presente contrato decorrente do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2024, Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGP-e, PIMB Nº 4192/2023, nos termos e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto e da execução**

O objeto deste contrato consiste na **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA**, conforme Anexo I - Termo de Referência - do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2024.

**§1º** Os quantitativos não geram a obrigação da contratação do montante total estimado, sendo que a contratação dos serviços e/ou fornecimento dos produtos será de acordo com a demanda, a critério da Contratante.

**§2º** O presente contrato será executado pelo regime de aquisição contínua.

**§3º** Fazem parte do presente Contrato, vinculando e obrigando as partes, o Termo de Referência e demais obrigações constantes do Edital nº 005/2024 e a proposta de preço da Contratada.

**§4º** Este contrato será regido pela Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Do Preço, Condições de Pagamento e Reajuste.**

**I – Do Preço**

O objeto do presente contrato importa no valor total de **R\$ 58.310,23 (cinquenta e oito mil, trezentos e dez reais e vinte e três centavos)**.

LOTE 03					
ITEM	OBJETO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Colete salva vidas classe IV com fluutuabilidade de 90N homologado pela Marinha do Brasil N°50/11.	15	Ativa/ Classe IV	169,00	2.535,00
2	Facho Holmes com dispositivo de iluminação automático capaz de se manter acesa com uma intensidade luminosa não inferior a 2cd durante um período mínimo de 2 horas, deve ser homologado pela DPC – Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil com Certificado n°182/2011, atender as especificações da NORMAN 05, atender os requisitos internacionais aplicáveis aos Equipamentos Salva-Vidas –Código LSA, Resolução MSC.81 (70) da Organização Marítima Internacional –IMO e Convenção Internacional no Mar – SOLAS 1974, deve ser em material PVC, iluminação em LEDs no tipo na cor branca. Deve ativa automaticamente por gravidade.	30	Seariver/ Facho Holmes Solás Stander	131,28	3.938,40
3	Bóia salva-vidas classe II de 60cm, circular rígida. Fabricado de acordo com a NORMAN 05/DPC. Carga de ruptura mínima: 500 Kg. Confeccionada em polietileno fundido com proteção UV e preenchimento interno de poliuretano expandido com Fita refletiva e Cabo de polipropileno de 10mm fixo em quatro pontos.	15	Ativa/ Boia Classe II - 60cm	207,00	3.105,00
4	Cabo flutuante trançado, sem alma. Fabricado em Polipropileno Monofilado. 10	600	Ativa/10mm	4,55	2.730,00

	mm de diâmetro. Carga de ruptura: 500Kg.				
<b>VALOR TOTAL DO LOTE (R\$):</b>					<b>12.308,40</b>

<b>LOTE 04</b>					
<b>ITEM</b>	<b>OBJETO</b>	<b>QTDE</b>	<b>MARCA/ MODELO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
<b>1</b>	Luva de Segurança isolante de borracha, para alta tensão 30 KV, classe 3, Tipo II. De acordo com as normas de Imnetro, NBR 10623 / ASTM, D1051. Deve possuir CA – Certificado de Aprovação emitido pelo MTE.	3	Lightbury/ CA 46846	798,07	2.394,21
<b>2</b>	Luva alta tensão 2,5 KV. Classe 00. Tipo II. De acordo com as normas do Imnetro, NBR 10623 / ASTM, D1051. Deve possuir CA -Certificado de Aprovação emitido pelo MTE.	3	Lightbury/ CA 46886	197,50	592,50
<b>3</b>	Mangas Isolantes de borracha destinadas a proteger o braço e antebraço. Classe 3, para alta tensão 30V, classe 3, tipo II. De acordo com as normas do Imnetro, NBR 10623 / ASTM, D1051. Deve possuir CA -Certificado de Aprovação emitido pelo MTE.	4	Lightbury/ 49668	1.111,73	4.446,92
<b>4</b>	Mangas Isolantes de borracha destinadas a proteger o braço e antebraço. Classe 0, tensão 5 kv, tipo II. De acordo com as normas do Imnetro, NBR 10623 / ASTM D -1051. Deve possuir CA -Certificado de Aprovação emitido pelo MTE.	4	Lightbury/ CA 49671	578,80	2.315,20
<b>5</b>	Luvas em raspa de cobertura, para alta tensão confeccionada em couro	6	Koch/ CA 9455	46,00	276,00

	vacum tipo Vaqueta, cinco dedos; Possui punho de raspa com fechamento e aperto através de uma cinta de vaqueta e fivela plástica, Comprimento total de 32cm, com Punho de 14cm; Para ser utilizada como luva de cobertura para as luvas de alta tensão, podendo ser utilizada para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes;				
6	Garra de bloqueio de segurança para uso de até 6 cadeados com diâmetro da haste de 3/8".	3	Brady/ 65375	130,00	390,00
7	Capacete com viseira para trabalhos em instalações elétricas contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico classe de risco 2 (88% algodão/ 12% fibra sintética). Viseira de propionato. Conjunto composto por viseira, capacete e encaixes, ATPV 11 cal/cm <sup>2</sup> . Capacete fabricado em polietileno de alta densidade e alta resistência contra impacto. Sem ventilação e material refletivo. Dentro das normas do inmetro e CA. Com seis pontos de fixação, e três regulagens de altura. Suspensão com catraca e jugular. Suspensão para utilização em conjunto com visor, ajustável por catraca. Deve ser entregue testada com certificado de teste de isolação elétrica.	3	3M/ CA 43081 CA 29638	942,00	2.826,00
8	Capacete tipo 1 aba total Classe B, material casco de polietileno de alta densidade (PEAD), fitas de poliamida 100%. Os componentes da carneira, da coroa e da jugular são fabricados em materiais antialérgicos. Suspensão do tipo catraca. Com testeira absorvedora de suor. Jugular	4	MSA/ 365	101,00	404,00

	de fita em helanca. Para trabalhos com eletricidade. Atende aos requisitos da norma ABNT NBR 8221. Inmetro. Deve possuir CA - Certificado de aprovação emitido pelo MTE.				
9	Camisa para trabalhos com eletricidade Risco 1(I) e 2(II) com proteção para Arco-Elétrico e Fogo Repentino. Tecido FR 100% Algodão 8oz (270 g/m <sup>2</sup> ) com faixas refletivas; Fechamento frontal em botões com vista; Mangas longas com fechamento em botão no punho; Gola tipo esporte (italiana) abotoada até em cima; Bolso superior esquerdo 13cm de largura e 14 cm de altura, apresenta tampa, fechamento com velcro e divisão para caneta; Costuras reforçadas tipo travete nos pontos vulneráveis; ATPV 11 cal/cm <sup>2</sup> ; Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida. Cor cinza. Deve possuir CA - Certificado de Aprovação emitido pelo MTE dentro da validade. O tamanho será definido no momento da compra.	20	Commanders/ CA 49171	174,00	3.480,00
10	Calça para trabalhos com eletricidade Risco 1(I) e 2(II) com proteção para Arco-Elétrico e Fogo Repentino Tecido FR 4100% Algodão 8oz (270 g4/m <sup>2</sup> ); com faixas refletivas; Meio elástico no cós, passantes para cinto, pala atrás; Fechamento em botões com vista; Dois bolsos frontais; Dois bolsos traseiros; ATPV 11 cal/cm <sup>2</sup> ; Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida, cor cinza. O tamanho será definido no momento da compra. Deve possuir CA - Certificado de Aprovação emitido pelo MTE dentro da validade.	20	Commanders/ CA 49169	186,00	3.720,00

<p>11</p>	<p>Blusão de proteção contra os riscos provenientes do arco elétrico e fogo repentino. Desenvolvido com multicamadas de tecido retardante a chamas, composto por 88% algodão e 12% poliamida. ATPV 43 cal/cm2, classe 4. Gola tipo padre ou social, fechamento frontal em velcro FR de 2,5 cm de largura, manga longa, punho tipo canhão ou social, sem bolsos. Deve atender a NFPA 2112 (fogo repentino) e NFPA 70E (arco elétrico), conforme determina o Ministério do Trabalho na norma regulamentadora NR 10. O tamanho será definido no momento da compra. Deve possuir CA - Certifica.</p>	<p>4</p>	<p>Trifásica Elétrica/ CA 38825</p>	<p>1.812,75</p>	<p>7.251,00</p>
<p>12</p>	<p>Calça de proteção contra os riscos provenientes do arco elétrico e fogo repentino. Desenvolvida com multicamadas de tecido retardante a chamas, denominado PROArc® 94. Composto por 88% algodão e 12% poliamida. ATPV 43 cal/cm2, classe 4. Meio cós com elástico, fechamento frontal em velcro FR de 2,5 cm de largura, sem bolsos. Deve atender a NFPA 2112 (fogo repentino) e NFPA 70E (arco elétrico), conforme determina o Ministério do Trabalho na norma regulamentadora NR 10. O tamanho será definido no momento da compra. Deve possuir CA - Certificado de Aprovação emitido pelo MTE dentro da validade.</p>	<p>4</p>	<p>Trifásica Elétrica/ CA 38767</p>	<p>1.812,75</p>	<p>7.251,00</p>
<p>13</p>	<p>Botina de segurança com biqueira de composite, fechamento sem cadarço, confeccionado em couro preto curtido ao cromo, dorso acolchoado, forro interno na gáspea e no cano em não tecido, palmilha de montagem em material sintético com</p>	<p>10</p>	<p>Bompel/ CA 26727</p>	<p>99,00</p>	<p>990,00</p>

	sobre palmilha antimicrobiana, solado de poliuretano bidensidade injetado diretamente ao cabedal, sem biqueira de aço, para electricista. Deve possuir CA - Certificado de Aprovação emitido pelo MTE dentro da validade. O tamanho será definido no momento da compra.				
14	Estrado isolante de borracha de 1.000mm x 1.000mm, Classe II 20kV. Espessura: 25,4 mm, antiderrapante, acabamento preto em formato de "colmeia" para facilitar a ancoragem ao piso. Conforme norma ANSI / ASTM D1048.	4	Orion/ 20KV	993,00	3.972,00
15	Manta isolante de borracha tamanho de 910mm x 910mm, Classe II 20kV. Conforme norma ANSI / ASTM D1048. Cor LARANJA.	4	Lightbury/ Manta Isolante	336,00	1.344,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE (R\$):</b>					<b>41.652,83</b>

LOTE 08					
ITEM	OBJETO	QTDE	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Chuveiro e lava-olhos, crivo (chuveiro) e bacia (lava-olhos) em plástico ABS, esguichos lava-olhos/face em plástico ABS com tampas de proteção contra pequenos resíduos, insetos e produtos químicos. Material dos tubos e conexões em ferro galvanizado, acionamento manual do chuveiro através da haste triangular em aço inox e do lava-olhos através da placa "Empurre" em aço inox. Deve atender as normas ANSI Z358.1-2009 e ABNT NBR	1	Haws Avlis/ CL001	3.200,00	3.200,00

	16291:2014 para Chuveiros e Lava-Olhos de emergência.				
2	Fita antiderrapante auto tráfego 50mm x 5m autoadesivo neon para uso de segurança em degraus, escadas, rampas, etc.	10	3M/ Safety Walk Preta	57,90	579,00
3	Fita zebra 70mm X 200mt não adesiva para demarcação de área.	20	EPI360/ 200m	12,00	240,00
4	Fita adesiva de demarcação e sinalização, 50mm X 30mt, amarela, com dorso de PVC plastificado, cobertas com adesivo à base de resina e borracha. Para sinalização e identificação de portas de vidro e demarcações em solo.	10	EPI360/ Demarcação	33,00	330,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE (R\$):</b>					<b>4.349,00</b>
<b>VALOR GLOBAL (R\$):</b>					<b>58.310,23</b>

## II – Das Condições de Pagamento

O pagamento será:

Efetuada, mediante medições e aceites do Fiscal do Contrato, sendo considerado entregue o produto/serviço completamente realizado, de acordo com o quantitativo solicitado. Não será efetuado nenhum pagamento sem que haja a execução de serviço.

Efetuada por meio de boleto bancário em até 15 (quinze) dias após apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao produto entregue, verificado e aceito pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. A nota fiscal somente poderá ser emitida após autorização prévia e expressa da SCPAR Porto de Imbituba S.A.;

Liberado mediante a apresentação da comprovação de regularidade fiscal nos órgãos constantes no item 6.5.2 do Edital;

Sustado se verificada execução defeituosa do Contrato, ou enquanto persistirem restrições quanto aos serviços prestados no período a que a mesma se refere. Também será sustado o pagamento se existente débito pendente de satisfação para com a Contratante ou com terceiros, relacionados com o Contrato.

§1º A nota fiscal somente será emitida após autorização prévia e expressa da Contratante.

§2º Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 125, inciso IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba.

§3º Nenhum pagamento será feito à Contratada se pendente de pagamento/cumprimento qualquer sanção/multa que lhe tenha sido imposta;

§4º Caso no dia do pagamento não haja expediente na SCPAR Porto de Imbituba S.A, aquele será efetuado no primeiro dia útil subsequente;



§5º Caso o serviço prestado seja recusado ou a correspondente Nota Fiscal apresente incorreção, o prazo do pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento;

§6º No pagamento fica autorizada a retenção dos tributos devidos na forma da legislação vigente.

### III - Do reajuste dos preços

O valor do contrato será reajustado anualmente, a contar da data de assinatura do Contrato, pela variação do IPCA, se necessário. O marco inicial para a concessão do reajuste de preços em sentido estrito é a data limite para a apresentação da proposta, conforme referenciado no Art. 147, parágrafo 3º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Instituição, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$V_{tn} = V_0 * IPCA_{tn} / IPCA_{t0}$$

em que:

$t_0$  data-base da proposta, conforme item 1.2 do edital (02/02/2024)

$V_{tn}$  corresponde ao valor monetário do contrato, devidamente reajustado, após o enésimo período de 12 meses decorrido;

$V_0$  corresponde ao valor do contrato originalmente previsto;

$IPCA_{tn}$  corresponde ao Número Índice do IPCA referenciado à data do enésimo aniversário do contrato;

$IPCA_{t0}$  corresponde ao Número Índice do IPCA na data-base do contrato;

$IPCA_{tn} / IPCA_{t0}$  corresponde a 1 (um) mais a variação do IPCA acumulada no período compreendido entre a data-base do contrato e o enésimo aniversário do contrato;

Parágrafo único

Na hipótese de extinção do IPCA, tal índice será automaticamente substituído por aquele que o suceder ou, na sua falta, por outro semelhante a ser indicado pela Autoridade Portuária.

### CLÁUSULA TERCEIRA - Dos prazos, da execução e da vigência

**Prazo de Vigência do Contrato:** O Contrato será de 12 (doze) meses, após assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 71 da Lei 13.303/16 e Art. 141 do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A

**Prazo de Entrega dos Produtos:** Os produtos e serviços registrados deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados após o envio da "Autorização de Fornecimento" pela Contratante, devidamente expressa e documentada. Ressalta-se que o prazo deverá ser atendido sem atrasos, sujeito a multa contratual.

**Prazo de Garantia e Oferta de Assistência Técnica:** Os Equipamentos deverão possuir Garantia e assistência técnica de no mínimo 1 (um) ano, durante o prazo de garantia a empresa deverá atender eventual demanda no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após notificação para enviar um novo produto, com as mesmas características exigidas e expressas.

### CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão à conta de recursos próprios da Contratante.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do Contratado:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato;
- b) manter todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2024;
- c) assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do(s) produto(s), bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o(s) mesmo(s);
- d) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do Contrato;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- f) submeter-se à fiscalização por parte do Contratante;
- g) obter e manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, todas as autorizações, alvarás e licenças, seja de que natureza forem, porventura exigidas para a o cumprimento do objeto licitado;
- h) cumprir com exatidão todos os termos e condições fixados pelo Termo de Referência – Anexo I ao Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2024.
- i) designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a Contratante, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do Contratado, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.
- j) comunicar obrigatória e previamente à Contratante, por carta e/ou e-mail, o recebimento de qualquer determinação, inclusive as provenientes de decisões ou sentenças judiciais, que implique débito ou bloqueio na conta corrente e/ou conta salário, na qual o beneficiário recebe o crédito do Contratante.
- k) é vedada a subcontratação para o fornecimento indireto dos materiais estipulados. Todavia, admite-se a contratação de terceiros para: a realização da entrega ou frete dos produtos requisitados, mediante autorização da CONTRATANTE e a realização dos testes de isolamento elétrica conforme NR10 previsto para os itens 07, 08, 09, 10, 14, 15, 18, 19 e 20. Será mantida a inteira e direta responsabilidade da empresa vencedora do certame perante a SCPAR Porto de Imbituba, independente da opção pela subcontratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE obrigará-se a:

- a) emitir Contrato do(s) objeto(s) licitado(s);
- b) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do(s) produto(s);
- c) pagar à Contratada o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada no Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2024;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o(s) produto(s) entregue(s) pela Contratada fora das especificações do edital;
- e) fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

### CLÁUSULA SÉTIMA - Da Fiscalização

A Contratante exercerá, através de trabalhador indicado pela diretoria da SCPAR Porto de Imbituba S.A., a fiscalização dos serviços, observando o fiel cumprimento do disposto neste Contrato.

Parágrafo único: A fiscalização de que trata esta Cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante.

### CLÁUSULA OITAVA – Matriz De Riscos

A SCPAR Porto de Imbituba e a Contratada, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos conforme abaixo:

Parágrafo Primeiro - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da Contratada.

CATEGORIA DO RISCO	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	MEDIDAS MITIGADORAS	ALOCAÇÃO DO RISCO
<b>Risco atinente ao Tempo da Execução</b>	Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência da Contratada na execução contratual.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela SCPAR Porto de Imbituba, que comprovadamente repercute no preço da Contratada.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	SCPAR Porto de Imbituba
<b>Risco da Atividade Empresarial</b>	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratada
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratada
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra, decorrentes do índice inflacionário avaliado no respectivo período.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste anual de preço.	SCPAR Porto de Imbituba

<p><b>Riscos Trabalhista e Previdenciário</b></p>	<p>Responsabilização da SCPAR Porto de Imbituba por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais da Contratada alocados na execução do objeto contratual.</p>	<p>Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a SCPAR Porto Imbituba, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.</p>	<p>Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pela SCPAR Porto de Imbituba.</p>	<p>Contratada</p>
<p><b>Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário).</b></p>	<p>Responsabilização da SCPAR Porto de Imbituba por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da SCPAR Porto de Imbituba.</p>	<p>Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).</p>	<p>Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pela SCPAR Porto de Imbituba.</p>	<p>Contratada</p>

**CLÁUSULA NONA – Da Rescisão**

Constituem motivo para rescisão do contrato, conforme Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba:

I - o descumprimento de obrigações contratuais;

II - a alteração da pessoa do Contratado, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da SCPAR Porto de Imbituba.

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem sem prévia autorização da SCPAR Porto de Imbituba.

III - o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

IV - o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - a dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratado;

VI - a decretação de falência ou a insolvência civil do Contratado;

VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, desde que prejudique a execução do contrato;

VIII - o atraso nos pagamentos devidos pela SCPAR Porto de Imbituba decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao Contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - a não liberação, por parte da SCPAR Porto de Imbituba, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

X - a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XI - o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XII - o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIII - a não aceitação da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez comprovada em planilha de custos e pesquisas de mercado a redução dos encargos do Contratado;

XIV - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório;

XV - ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação ou contrato dela decorrente;

XVI - ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação ou celebrar contrato administrativo;

XVII - ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a SCPAR Porto de Imbituba, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XVIII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a SCPAR Porto de Imbituba;

XIX - ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§1º rescisão do contrato com base nos incisos desta Cláusula poderá ocorrer por ato unilateral da Contratante, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

§2º A rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SCPAR Porto de Imbituba;

§3º A rescisão poderá ser judicial nos termos da legislação.

§4º Em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada reconhece os direitos desta Administração Pública, conforme previsto no art. 125, inciso X, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – Das Sanções Administrativas**

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba, quais sejam:

**I - Advertência.**

**II - Multa:**

a) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios;

b) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 80, §5º, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba;

c) 10% do valor correspondente à parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, nos demais casos de atraso;

d) 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução parcial;

e) 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução total.

**III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SCPAR Porto de Imbituba, pelo prazo de até 2 (dois) anos;**

§1º As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Licitante/Contratada.

§2º Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§3º O pagamento de multa contratual não afasta o dever de indenizar o prejuízo a ela excedente suportado pela SCPAR Porto de Imbituba.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Política Anticorrupção**

As Partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

**I** - Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

**II** - Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso I desta cláusula e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

**III** - Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

**IV** - Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa CGE/SEA nº 01/2020 (Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 02/04/2020 - Edição nº 21.236), além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das Disposições Gerais**

**I** - A Contratante poderá solicitar a qualquer tempo, quaisquer documentos da Contratada, para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes pela Contratante.

**II** - Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone ou outros dados pertinentes, serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela Contratada na sede da Contratante, devidamente protocolizadas.

**III** - Só será permitida a permanência do empregado designado pela Contratada nas dependências da Contratante, durante o período em que estiver prestando os serviços.

**IV** - A Contratada poderá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos § 1º do art. 81, da Lei 13.303/2016.

**V** - A celebração do presente Contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a Contratante e os empregados indicados pela Contratada para execução dos serviços. Caso a Contratante, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de emprego, a Contratada obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

**VI** - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas pela legislação em vigor.

**VII** - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Contrato serão decididos segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores, Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A e demais regulamentos e normas administrativas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro**

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituba - SC para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Imbituba, data da assinatura digital

**Pela SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.**

*ASSINADO DIGITALMENTE*  
**URBANO LOPES DE SOUSA NETTO**  
DIRETOR PRESIDENTE  
SCPar Porto de Imbituba S.A.

*ASSINADO DIGITALMENTE*  
**JOSÉ JOÃO TAVARES**  
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES  
SCPar Porto de Imbituba S.A.

Pela **CONTRATADA**

---

**ROBSON PATRIK SOARES**  
SÓCIO ADMINISTRADOR



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **5UHGP381**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **ROBSON PATRIK SOARES** (CPF: 060.XXX.079-XX) em 11/04/2024 às 08:29:26  
Emitido por: "AC CERTIFICA MINAS v5", emitido em 31/05/2023 - 15:25:00 e válido até 30/05/2024 - 15:25:00.  
(Assinatura ICP-Brasil)
  
- ✓ **URBANO LOPES DE SOUSA NETTO** (CPF: 028.XXX.131-XX) em 11/04/2024 às 14:46:30  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/10/2023 - 13:00:25 e válido até 23/10/2123 - 13:00:25.  
(Assinatura do sistema)
  
- ✓ **JOSÉ JOÃO TAVARES** (CPF: 215.XXX.409-XX) em 12/04/2024 às 11:14:49  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/08/2021 - 12:33:20 e válido até 10/08/2121 - 12:33:20.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQI8xMzc3MV8wMDAwNDE5MI80MTk0XzlwMjNfNfNVVIR1AzODE=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00004192/2023** e o código **5UHGP381** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.